

**Pauta da 34ª Reunião Plenária Ordinária do CME**

**Data: 07 de dezembro de 2022**

**Horário: 11h**

**I - Informes**

**II –Ordem do dia: Educação Antirracista e leitura de parecer de credenciamento.**

**III – Palavra Facultada**

**Ata da 34ª Reunião Plenária Ordinária do CME – 2022**

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, na Sede do Conselho Municipal de Educação do Recife, localizado na Av. Visconde de Suassuna, 141, Santo Amaro, às onze horas, realizou-se a trigésima quarta reunião plenária ordinária do Conselho Municipal de Educação do Recife (CME), com a presença dos conselheiros: Ana Paula de Oliveira Tavares , presidente; Aliria Thaisa Monteiro Costa; Ana Lúcia do Rêgo Ferreira; Elaine Oliveira dos Santos; Francisco Soares de Santana; Guilherme Maciel; Isaac Machado de Oliveira; José de Souza Ferraz Neto; Josineide Antônia da Silva Melo; Marcelo Augusto Dantas; Mônica Barbosa da Silva e Wallace Melo Gonçalves Barbosa. Justificada a ausência dos(as) conselheiros(as) Amanda Gomes Duarte, por motivo pessoal; Andrea Cardoso Lopes, profissional; Fernando José Felix da Silva, profissional; Maria da Conceição Lima da Silva., pessoal; Viviane Cristina de Lima Freitas, profissional. A presidente abriu a sessão, solicitando a leitura da 29ª ata de reunião plenária, após alterações solicitadas foi aprovada por todos. **Informes.** A presidente iniciou informando que, provavelmente até o fim de dezembro as obras dos conselhos FUNDEB e CAE, que estão sendo realizadas serão finalizadas. Está em processo de pintura, mas que para finalizar será necessário ser realizadas no fim de semana e manterá todos informados. O segundo informe, é relativo a algumas situações identificadas na casa que precisará de uma reorganização ao acesso de pessoas, visitantes, horários, porque agora com outros conselhos com suas salas finalizadas, virão outras pessoas a ter acesso ao CME. Está trabalhando juntamente com a equipe da casa e os presidentes dos conselhos, elaborando um regimento administrativo, sentiu necessidade de elaborá-lo e irá trazer ao pleno assim que for finalizado para que todos tomem conhecimento. Ao fim dos seus informes, a presidente passou a palavra para a conselheira Alíria, iniciou comunicando que a comissão de finanças, formada por Wallace, José Neto, Ana Paula e a própria conselheira, tiveram uma reunião e chegaram a um entendimento sobre uma proposta do Jetom, resumidamente informou que a proposta é igualar aos outros conselhos que existem no município e unificar o Jetom. Com relação a

assessoria jurídica é que dentro do regimento, do quadro do CME, possa ter essa assessoria para não depender de uma decisão de gestão. Porque muitas vezes o secretário pode apoiar que o conselho possa ter, mas pode entrar outro que diga que não pode ter. Para que não fiquemos na dependência das gestões que virão para ter acesso ou não a assessoria jurídica. Irão apresentar por escrito e trazer para que todos tenham ciência. Será solicitado que Ana Paula, como presidente possa agendar essa reunião com o secretário o mais breve possível. Ana Lúcia pede esclarecimento sobre o suporte jurídico, colocaria a pessoa como conselheiro? Segundo Alíria, não. Seria incluído no organograma do CME, faria parte da equipe técnica. Esclarece que será incluso no organograma. Não esvaziará as opiniões e decisões do pleno. A conselheira Ana Lúcia após a fala de Alíria, colocou suas preocupações, pontuou que esse sujeito, esse profissional tratará de questões puramente administrativas, serviço de assessoria do CME, não vai poder advogar, ele não estaria a serviço do conselheiro, achou importante salientar isso, para não ferir o código de ética. Instruir preparar a peça, mas não poderá advogar. O conselheiro Wallace, explicou que o sentimento é esse. É muito mais de uma consultoria que nos dê parecer, do que ter um plantão jurídico. Ana Lúcia, continuou seus informes falando sobre a participação na Conferência Nacional da Educação – CONAE, a convite do Fórum Nacional de Educação - FNE. Registrou a importância do FNE na pessoa do professor Humberto Gonzaga ter garantido a realização do evento, assim como, registrar todo empenho da UNCME Nacional, e dos estados para garantir que a conferência acontecesse em meio a tantas dificuldades. Ocorreu segundo a conselheira muitos entraves e embates, principalmente por ser via remota. Muitas pessoas querendo falar e defender suas pautas, e sendo por via remota dificultou ainda mais. Mas apesar de todas as tensões, os eixos foram discutidos na medida do possível e feito os encaminhamentos. Pontuou a importância de ser feitas conferências municipais, estaduais, para chegar em uma CONAE com outra perspectiva do que foi vista por nós, foi a CONAE que vai para entrar para história como a conferência com a maior dificuldade para se fazer valer a fala das pessoas. O segundo informe de Ana Lúcia foi sobre ter sido retirado de pauta a alteração no estatuto do servidor, iria para votação dia 06 de dezembro, alterações do estatuto. Segundo a administração houve um amplo debate. Adiou, mas será votado nessa legislatura. Existem pontos importantes, mas existem outras coisas questionáveis. Precisamos debater muito para poder avançar. Seguindo os informes, a conselheira Elaine informou acerca da Assembleia ato, SIMPERE em conjunto com o Fórum dos Servidores no pátio da Câmara, contra as privatizações da Prefeitura, reforma da previdência e contra a reforma do estatuto e pela melhoria do Saúde Recife, tudo com isso focando na campanha 2023, a partir das 13h. Pontuou também que não

entendeu que ampla discussão foi a que informaram, pois em nenhum momento foi divulgada. A conselheira Alíria, remetendo as falas de Ana Lúcia e Elaine sobre os debates das alterações no estatuto, pontuou que também não houve amplo debate. A presidente Ana Paula, solicitou a palavra novamente para dar o retorno ao conselheiro Wallace sobre a E. M. Manoel Antônio de Freitas, que foi contemplada com serviço de pintura com duração de uma semana e meia, iniciando dia 18/10. Dessa forma a gestão por meio de ofício, informou e solicitou a Regional que nesse período as aulas ocorressem em formato remoto. O conselheiro Wallace, falou da importância de discutir essas denúncias e dar o espaço as gestões das escolas tomarem ciência e conseguirem ter o direito de se defender. A presidente informou também que será disponibilizada uma planilha com as informações sobre as representações que os conselheiros são escolhidos em pleno para representar o CME nos Conselhos de Ética e Pesquisa. Tentaremos centralizar as informações para que não se perca a oportunidade de participar desses espaços. E pontuou ser importante também não centralizar em uma única pessoa pois talvez não consiga estar presente em todos os momentos necessários. A conselheira Elaine falou que uma coisa a ser pensada é o CME se fazer presente no Fórum de Educação Infantil, no próximo ano pensar a respeito. Pois não depende do convite, são reuniões abertas. O conselheiro Marcelo, sugeriu que a presidente fizesse uma designação, negociando diretamente com o conselheiro que possa representar o conselho nesse assunto, para que posteriormente não possamos submeter ao Pleno e então referendar. Pois sempre que é aberto a oportunidade no Pleno sempre são as mesmas pessoas que se disponibilizam e dessa forma seguiria com esse mesmo problema sempre. A presidente explicou que a ideia de trazer essa questão é dar transparência e entender como está esse cenário e organizar para saber como vamos seguir em 2023. O conselheiro Neto, pontuou que é preciso ter o comprometimento pois representamos o órgão, no caso o CME. E foi essa a preocupação que a presidente disse ter tido. A conselheira Ana Lúcia lembrou que é importante que o CME oficie a Câmara a substituição da cadeira pois apesar de já ter comunicado e colocado a preocupação ainda não houve o retorno. Também colocou que acha importante avisar ao Órgão as dificuldades do conselheiro Isaac, e que, apesar de não existir suplente se poderiam abrir essa exceção. O conselheiro Neto, colocou que a Secretaria de Educação poderia dar um suporte mínimo nessa questão, fornecendo carros para os conselheiros se locomoverem. A presidente explicou as dificuldades que existe hoje nessa questão de transporte na Prefeitura. Finalizando assim os informes. **Ordem do dia.** A presidente deu início a ordem do dia solicitando que a conselheira Alíria realizasse a leitura do parecer de credenciamento em que a conselheira foi relatora, **Processo nº 05/21** que trata da

solicitação de credenciamento para oferta de Educação Infantil da **CRECHE BRASIL**, que procedeu ao voto **FAVORÁVEL**, acompanhado pelos conselheiros presentes. A conselheira Alíria explicou que tiveram muitos problemas com essa Creche e mesmo tendo o parecer favorável da CV e da engenharia não se sentiu confortável e dar seu parecer favorável também, então depois de muito tempo as mudanças foram feitas, as fotos incluídas, muitas coisas foram modificadas e agora se sentiram confortáveis para dar o parecer favorável. A presidente deu seguimento falando da pauta do dia que ficou de ser discutida em pleno anterior, com o tema educação antirracista. A conselheira Alíria pontuou que o tema seria na verdade pautado principalmente em discutir como inserir a educação antirracista nas escolas. Não era só um combate ao racismo, mas como construir uma educação antirracista. Explicou já havia sido falado sobre o eixo da educação étnico racial na política de ensino da rede, que consta nos anos iniciais e finais, estão todas tratadas na disciplina de história. Entendiam também que precisaria de um aprofundamento da desmistificação da visão impregnada no currículo vinculada a datas comemorativas, e acaba aí as discussões antirracistas. A conselheira fez suas anotações sobre a questão, mas tentou resumir para passar aos demais no pleno. Iniciou falando sobre as propostas, fundamentações metodológicas de Paulo Freire, para trazer essa educação antirracista, com o objetivo de transformação social, nesse aspecto que traz alguns procedimentos, que seriam investigação e levantamento de dados, problematização, sistematização, a apreensão crítica e a avaliação final que seria a partir dos registros. Isso dentro de uma vivência pedagógica, trazendo como ferramenta metodológica. Mas parte de uma coisa muito maior, tendo a discussão da formação do professor, focando na consciência das desigualdades raciais, desconstrução das imagens depreciativas, o planejamento didático a partir de perguntas desafiadoras, a transgressão do currículo pré -escrito tradicionalmente e ampliar os significados definidos. Pontuou também dois fatores fundamentais, investimento na educação pública dentro viés e formação dos professores com conteúdo história, cultura e público dentro dessa transformação na base curricular antirracista. Colocou uma delimitação de um referencial teórico, dentro dessa delimitação colocou o lugar do oprimido segundo Paulo Freire, a libertação da sociedade pela educação também a partir da época de Freire como também de Florestan Fernandes e a teoria da ação da anti-ideologia, colocou que vivemos em uma época de racismo estrutural e precisamos de um debate anti-hegemônico, para isso seria necessário aquele trabalho no dia a dia junto a comunidade. Existem conquistas, existe a divisão, porque a minoria opressora divide a maioria oprimida, e a manipulação das ações e discursos. A questão de anestesiar as massas para que não pense que ainda existe o racismo. Falou também da invasão cultural desse conteúdo, a cultura perde sua

originalidade, tem ameaça de perder identidade. Explicou sobre a imposição de visão de mundo, sobre o mito da miscigenação, porque no final das contas é extremamente segregado. Destacou as falas de Paulo Freire sobre a pedagogia da autonomia, ser e saber do educando, colocando o estudante como protagonista, tendo sua própria identidade. Trazer a luz nas escolas toda essa herança cultural, africana, indígena, quilombola e outras etnias que muitas vezes não são aceitas. Há o racismo étnico racial, define-se quanto a pessoa humana, por ter uma etnia diferente, contra o seu direito a vida. E dentro de sala, como se pensa o preconceito. Vai ser utilizado a máxima, nada de nós sem nós. A entrada de recursos didáticos, de autores pretos, indígenas, livros que tragam músicas, que os alunos falem de si mesmo no mundo que vivem, utilizar a comunidade que vive, o espaço que ele convive como centro do debate. Pontoou também sobre a questão do medo, porque muitas crianças pretas são educadas desde sempre andar com nota fiscal, de não correr na rua a noite, andar com identidade, todas essas informações são passadas para as crianças pretas, mas não levadas para as crianças brancas. É preciso levar esse debate, não existe essa normalidade, não existe igualdade de condições. A discussão de respeito as diferenças, de cuidar do outro, cultura de paz precisa existir desde o berçário, a educação infantil onde transforma, monta a arquitetura cerebral, a personalidade do indivíduo precisa trazer esse debate de diversidade de inclusão desde o início. A conselheira continuou sua fala informando como o Brasil não está acompanhando as transformações e essa reestruturação, o modelo unitário de mundo eurocêntrico está ainda muito enraizado na cultura brasileira, nas escolas e apesar da luta do movimento negro esse pensamento ainda perpetua na educação, porque a escola silencia quando essa pratica unitária é questionada, quer impor a autoridade dos seus superiores naturais pela força e pela razão, questão da superioridade. Todas essas coisas o movimento negro, movimento indígena e das minorias vem lutando contra uma estrutura de mundo que precisa mudar e ressignificar a escola. Com espaço escolar sendo espaço de solidariedade, é uma causa não só deles, mas de todos nós. Respeitando as diferenças e singularidades. Não se fala de igualdade, mas sim equidade. Compreender esses fundamentos curriculares dentro do instrumento de cidadania democrática é fundamental para se construir uma sociedade diferente. Trabalhar a desconstrução do texto racial no currículo pensando como algo que precisa ter um resgate pautado na história e na política. Segundo a conselheira Alíria, irão proporcionar os seguintes questionamentos: mecanismos de construção das identidades nacionais, culturais raciais étnicas, a vinculação de relações de poder no processo de construção de identidade e da diferença, a transferência de identidade dominante como mediadora na construção de outras identidades subordinadas, que precisa ter fim e mecanismos

constitucionais de manutenção de grupos étnicos raciais. Pontoou que, apesar de ter avançado na constituição cidadã de 1988, mas na prática evidentemente deixamos de ver. Colocou a necessidade de repensar o espaço escolar, no sujeito, o estudante como sujeito de valores da sociedade de justiça e equidade. Instrução para o mercado de trabalho, pois nas escolas públicas na sua maioria preta, são educadas para um mercado de trabalho com cargos subalternos, não é dada a oportunidade para assumir cargos de liderança e isso precisa ser desmistificado. Destacou que muitas vezes o material pedagógico e suas fontes, falta crítica, com uma vertente antirracista. Lembrou do Grupo de Trabalho em Educação das Relações Etno-Raciais – GETERÊ, e a necessidade de cobrar que ele possa se expandir. Trouxe também algumas fontes que basearam suas anotações e estudo. Pontoou os marcos legais para finalizar, foram eles: lei 9.394 de 20 de dezembro/1993 a LDB, o parecer nº014 de 14 de setembro/1999, a lei 11. 645 de 10 de março/2008, os artigos 26ª, inciso 1º e 2º, o artigo 5 da constituição federal que transforma o racismo em crime, em 1995 nos 300 anos da morte de zumbi se tem alguns documentos de referência da USP e a principal legislação referente a educação e a questão de contestação e inserção das pessoas pretas no Brasil que é a Lei 10.639 de 9 de janeiro/2003 que altera a LDB nos seus artigos 26 e 79 tornando obrigatório a história e a cultura afro brasileira. Indicou três sugestões importantes de leitura: Casa Grande Senzala, O povo Brasileiro e a Integração do negro na sociedade de classe. A conselheira Ana Lúcia, agradeceu a Alíria pelo estudo e fala, pois é muito importante. **Palavra Facultada.** Dando seguimento ao tema, a Ana Lúcia como encaminhamento, propôs um seminário para iniciar o ano, chamando a professora Elite Santiago, chamar as Escolas credenciadas por esse conselho, o GETERÊ, os núcleos que temos na SEDUC e a representação de gestores, para que possamos viver a resolução nº02, que é perfeita, ela por si só fosse executada, teríamos um grande trabalho. Ela praticamente impõe a implementação da Lei 10.690. Poderia dentro desse material organizar esse seminário. O conselheiro Marcelo, parabeniza o estudo de Alíria, compartilha e concorda com a proposta de Ana Lúcia, é indispensável que comecemos o ano com a pauta apresentada. A presidente informou que será necessário escolher uma data para realizar o pleno estendido e uma data para convidar Juliana Guedes para participar, a pedido da própria secretária executiva. Após discussão sobre as melhores datas, foi decidido que o dia 14/12 será a reunião extraordinária e dia 21/12 o pleno com a participação da Secretária Executiva Juliana Guedes. Nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana Paula de Oliveira Tavares, encerrou a reunião e eu, Paula Emanuele de Lima Silva, secretária desta reunião plenária, lavrei a seguinte ata, que vai por mim assinada e pelos conselheiros presentes.